

Simon esperava mais cassações

Porto Alegre - Com mais de 30 dias de prazo, a CPI do Orçamento recomendaria a cassação de outros dez parlamentares. Este foi o cálculo feito ontem pelo líder do Governo no Senado, Pedro Simon. "Faltou tempo", lamentou o senador, que descansa em sua casa na praia de Rainha do Mar, no litoral gaúcho. Ele garantiu que "não houve acordo" para beneficiar alguns nomes, livrando-se de menção do relatório final da comissão. "Mas, se isto tiver acontecido, logo adiante será descoberto", acredita.

Ele discordou das declarações do corregedor da Câmara Fernando Lyra, para quem será difícil investigar e punir aqueles que a CPI deixou escapar. Simon acha que, "se quiser examinar o assunto", a corregedoria poderá ser bem sucedida.

Preocupado com o prosseguimento das investigações, Simon anunciou que, na quarta-feira, fará um discurso pedindo a instalação imediata da CPI das empreiteiras ou, como prefere, "a CPI dos Corruptores". Para ele - que conseguiu ver aprovada a

moção que apresentou durante a leitura do relatório final, na sexta-feira respaldando a devassa - trata-se da averiguação mais urgente.

Previu que, em 15 dias, o Congresso abrirá os trabalhos da nova CPI. E não quer nem pensar no que ocorrerá se a comissão for sabotada. "Estaremos reduzidos a zero, liquidados", afirmou. Simon receia que, aproveitando-se das vacilações, seja instaurada uma corrupção, "sem secretário, mulher, motorista e com muito mais profissionalização".

"Ela é a terceira perna, sem a qual a mesa não se sustenta", comparou. Argumentando que a CPI da CUT "é importante, mas setorizada", o senador entende que a das Empreiteiras, ao contrário, "não tem cor partidária ou ideológica" a exemplo do que ocorreu com as de PC Farias e do Orçamento, das quais será o fecho. "Se começar a CPI da CUT, haverá o troco com a CPI dos Financiamentos de Campanha", comentou. E prosseguiu: "Depois irão querer a CPI da Pau Brasil, a da Linha Vermelha, a da Vasp...". Simon avaliou que tudo isso equivaleria a abrir mão do atacado e atacar no varejo.

No pronunciamento, o senador ainda pedirá um "julgamento de conteúdo".